do serviço diplomático — Paulo Guilherme Pires de Lima de Castilho seja colocado na disponibilidade, com efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2009, por atingir nessa data o limite de idade, conforme o fixado no supracitado artigo.

1 de Abril de 2009. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.*

201637297

Despacho n.º 9709/2009

1 — Nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos n.os 5 e 7 do artigo 23.º e na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, na Portaria n.º 502/2007, de 30 de Abril, e de acordo com a alínea *d*) do n.º 1 do despacho n.º 19 628/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 30 de Agosto de 2007, determino que o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático Mário Pedro de Sousa Cameira Abreu de Almeida seja nomeado chefe de divisão dos Assuntos Económicos Bilaterais Europa e América da Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos na vaga resultante da cessação de funções da conselheira de embaixada Maria da Conceição de Sousa Pilar Dias, com produção de efeitos a 13 de Outubro de 2008.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae,* em anexo.

1 de Abril de 2009. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.*

Almeida (Mário Pedro de Sousa Cameira Abreu de) — nasceu em 12 de Outubro de 1964, em Lisboa; licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 30 de Agosto de 1991; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, como adjunto do Secretário-Geral, em 13 de Maio de 1992; secretário de embaixada, em 28 de Outubro de 1993; na Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em Bruxelas, em 14 de Setembro de 1996; segundo-secretário de embaixada, em 2 de Março de 1998; primeiro-secretário de embaixada, em 13 de Maio de 2000; cônsul-geral em Luanda, em 7 de Setembro de 2001; na Secretaria de Estado, em 29 de Setembro de 2004; chefe de divisão para as Questões de Desarmamento e não Proliferação da Direcção de Serviços das Organizações de Segurança e Defesa, em 5 de Outubro de 2004. Conselheiro de embaixada em 24 de Outubro de 2008.

201637394

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 9710/2009

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 89.º e nos artigos 90.º e 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.os 157/2001, de 11 de Maio, e 169/2006, de 17 de Agosto, é concedida à licenciada Cristina Paula Felisberto Madeira Prates, meteorologista assessora do quadro de pessoal do Instituto de Meteorologia, I. P., prorrogação da licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, no European Centre for Medium-Range Weather Forecasts, pelo período de 1 de Novembro até 31 de Dezembro de 2008.

16 de Março de 2009. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago.* — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

201628532

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 9711/2009

Nos termos dos artigos 2.º, 6.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Luís Henrique Robalo Faustino, técnico superior da Câmara Municipal de Lisboa, para exercer funções de assessor do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço e ao abrigo de acordo de cedência de interesse público, a que se refere o 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2009, inclusive.

30 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos.*

201635596

Louvor n.º 162/2009

A Dr.ª Armanda Amélia Monteiro da Fonseca requereu a cessação da comissão de serviço no cargo de subdirectora-geral da Administração e do Emprego Público para o qual havia sido nomeada pelo despacho, do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 10 704/2008, de 2 de Abril.

Ao cessar funções, não posso deixar de manifestar público louvor pelas qualidades técnicas e pessoais que a Dr.ª Armanda Fonseca revelou no exercício do cargo.

Os seus extensos e profundos conhecimentos relativamente à Administração Pública, cuja reforma mais recente acompanhou de perto, contribuíram de forma muito significativa para o desempenho muito competente e profissional da sua comissão de serviço.

Além disso, a Dr.ª Armanda Fonseca demonstrou sempre uma excepcional disponibilidade para o exercício do cargo e grande sentido de missão.

Por todas estas razões, é de elementar justiça manifestar à Dr.ª Armanda Fonseca o meu reconhecimento e prestar-lhe público louvor.

19 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos.*

201635563

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 9712/2009

Nos termos da alínea *c*) do n.º 1, do n.º 2 e da 2.ª parte do n.º 3 do artigo 3.º do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos pela Sociedade Ponto Verde — Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., NIPC 503794040, no âmbito do contrato plurianual, estabelecidos para os anos de 2005 e 2006 com a GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, NIPC 501716610, para a realização do Projecto «O meu ecoponto», que foi considerado de superior interesse ambiental, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que o respectivo mecenas não tenha, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à segurança social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

18 de Março de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.* — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

201639557

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 9713/2009

Após a anuência da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, autorizo, a transferência do motorista de pesados, Paulo Alexandre Pinheiro Fernandes dos Santos, para o lugar da mesma carreira e categoria que se encontra vago no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, com efeitos a 26 de Dezembro de 2008, ficando exonerado do anterior lugar a partir dessa mesma data (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

26 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

201637953